

Processo Administrativo/FMDR n. 0003/2013

Processo de Licitação/ FMDR n. 0003/2013

Licitação: Convite/ FMDR n. 0003/2013

Objeto: Serviços de Recapagem de Pneus.

01. INTRODUÇÃO:

01.01. Poderão participar desta licitação, todos os interessados, pessoa física ou jurídica legalmente constituída, atendendo todas as condições exigidas pelo presente edital.

01.02. Não será permitida a participação de consórcios, empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública e Servidor da Prefeitura Municipal de Marema.

01.03. Poderão participar os proponentes que apresentarem toda a documentação relacionada a seguir, com validade até a data da abertura dos envelopes da habilitação.

02. DA DOCUMENTAÇÃO:

02.01. Para fins de habilitação ao presente certame, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Débito FGTS - Art. 29, IV, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidão Negativa de Débito da Fazenda Federal - Art. 29, III
- Certidão Negativa de Débito Fazenda Estadual - Art. 29, III relativo ao domicílio ou sede da empresa.
- Certidão Negativa de Débito Fazenda Municipal - Art. 29, III relativo ao domicílio ou sede da empresa.
- Certidão Negativa de Débito para com a Previdência Social, expedida pelo INSS - Instituto Nacional de Seguro Social.
- Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) - Lei n. 12.440 de 07/07/2011.
- Declaração de Menor (Modelo em Anexo).
- Declaração de Fatos impeditivos de Contratar com a Administração Pública (Modelo em Anexo)

02.02. Serão aceitos documentos tirados via internet, no entanto, não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas, sendo que os documentos retirados via internet serão dispensados de autenticação, se reservando o Município em conferir sua autenticidades, se assim achar necessário, ficando sua validade vinculada a esta consulta ou a diligência pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

02.03. Os documentos para habilitação, deverão ser apresentados, no local, hora e data constante do edital em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações.

Envelope n. 01

Da: (Empresa Proponente)

Para: Prefeitura Municipal de Marema – SC

FMDR – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Processo Administrativo/ FMDE n. 0003/2013

Processo Licitatório na Modalidade de Carta Convite para Compras e Serviços/ **FMDR** n. 0003/2013

Abertura: às 09h00min do dia 05/06/2013

ENVELOPE - HABILITAÇÃO

02.04. Toda a documentação exigida para habilitação deverá ser apresentada no original ou fotocópia autenticada por cartório ou servidor da administração.

02.05. Os documentos que não constar a validade expressa, considerar-se-á como sendo de 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

02.06. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às condições de habilitação, conforme definido neste Edital.

A inabilitação de licitante importa na preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

02.07. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação (Art. 43, § 6º, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores).

03. DA PROPOSTA:

03.01. A proposta deverá ser apresentada de forma unitária, item por item, incluindo todos os encargos, datada, carimbada e assinada, sem emendas, borrões, rasuras ou entrelinhas, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

Envelope n. 02

Da: (Empresa Proponente)

Para: Prefeitura Municipal de Marema – SC

FMDR – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Processo Administrativo/ FMDE n. 0003/2013

Processo Licitatório na Modalidade de Carta Convite para Compras e Serviços/ **FMDR** n. 0003/2013

Abertura: às 09h00min do dia 05/06/2013

ENVELOPE - PROPOSTA

03.02. A proposta deverá ser datilografada ou impressa em sistema eletrônico de processamento de dados, em papel timbrado da empresa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, ou ainda, poderá ser cotado no próprio Edital fornecido pela Prefeitura Municipal.

03.03. A proposta após entregue é irretroatável e irrenunciável.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido neste edital.

03.04. A proposta deverá mencionar o título e seus respectivos itens, os preços unitários, totais e global da proposta, sendo que, em caso de divergência, prevalecerá o preço unitário, neles incluindo os impostos, taxas, fretes, seguros, direitos trabalhistas e outras exigências tributárias, tudo em moeda corrente nacional.

03.05. A proposta deverá ser rubricada em todas as folhas, datada e no final assinada.

03.06. Será aceito de cada proponente habilitado apenas uma cotação para cada item.

03.07. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.

03.08. Em caso de omissão do prazo de validade da proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.

03.09. No prazo de até 05 dias a contar do recebimento da convocação, o Proponente deverá contratar com a Prefeitura Municipal de Marema o objeto licitado, nos termos da minuta em anexo ao presente edital, parte integrante do mesmo.

04. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA:

04.01. Na data, horário e local indicados neste Edital, independente da presença dos proponentes, a Comissão de licitação receberá os envelopes contendo a documentação para a habilitação e as propostas.

04.02. Após o presidente da Comissão ter declarado estar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, inclusive documentos não apresentados de acordo com o Edital ou substituição dos mesmos.

04.03. A Comissão, na presença dos proponentes ou não, procederão inicialmente a abertura dos envelopes "DOCUMENTOS", submetendo-se ao exame dos mesmos.

04.04. Os documentos retirados do envelope serão rubricados por todos os membros da comissão de licitação e representantes credenciados.

04.05. O concorrente considerado inabilitado, não será aberto o envelope da proposta, desde que não tenha havido recurso.

04.06. Julgada a habilitação, somente serão abertas as propostas de licitantes que tenham satisfeito as exigências contidas neste edital, após prazo recursal, ou desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

04.07. A seguir, será aberto o envelope contendo a proposta dos concorrentes habilitados.

04.08. Após, será efetuado o julgamento e classificação das propostas consideradas habilitadas, de acordo com os critérios de avaliação constante do presente edital e a autoridade competente deliberara quanto a homologação, no prazo legal.

04.09. O não comparecimento de qualquer dos representantes não impedirá a efetivação da reunião de abertura das propostas de preços, não cabendo aos ausentes o direito de qualquer reclamação, salvo recurso no prazo legal.

04.10. O julgamento será processado de acordo com o estabelecido na Lei n. 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, e para efeito de julgamento, será do tipo **MENOR PREÇO DE FORMA UNITÁRIA**, não sendo consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem lances ou ofertas sobre a proposta concorrentes.

04.11. Ocorrendo desistência de alguma proposta considerada vencedora, e havendo mais de uma proposta, conceder-se-á vencedora e será repassada a proposta para a proponente segunda melhor colocada, até a respectiva alienação do objeto licitado.

04.12. Serão consideradas vencedoras aquelas empresas que cumpriu as exigências deste edital, conforme prescreve o art. 45, Parag. 1º da Lei n. 8.666/93.

04.13. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das Propostas, caso o Proponente não atender com clareza o solicitado em Edital, conforme determina o art. 43 parag. 3º da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

04.14. Não será considerada os itens da proposta que contiver emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata, devidamente assinado pelo proponente ou seu representante legal.

04.15. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do ato convocatório.

04.16. No caso de empate de duas ou mais propostas, far-se-á sorteio em ato público, no horário e dia do julgamento, para qual os licitantes desde já ficam convocados a participar, observado o disposto no parag. 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

04.17. O sorteio será realizado independentemente da presença dos interessados.

05. DOS RECURSOS:

05.01. Caberá junto a Prefeitura Municipal de Marema, recurso, com efeito suspensivo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata independente da presença dos interessados, nos casos de:

- Habilitação ou Inabilitação do Licitante
- Do Julgamento das Propostas.

05.02. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (Cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pela de responsabilidade.

05.03. Os recursos previstos neste edital deverão ser formalizados observando-se os seguintes requisitos:

- a) - Ser datilografado e devidamente fundamentado
- b) - Ser assinado por representante legal da recorrente ou procurador devidamente habilitado.

05.04. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

05.05. Para Efeito de intimação dos proponentes, será feita por Edital, fixado no Mural Público.

06. DAS PENALIDADES:

06.01. A recusa da encomenda dentro do prazo de validade das propostas, a não entrega do Objeto licitado, a entrega fora das especificações pré-determinada, não cumprimento das obrigações assumidas ou os preceitos legais, implicam na desclassificação do proponente.

06.02. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Marema poderá, querendo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

06.03. Ressalvados os casos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovado, serão aplicados, a critério da Prefeitura Municipal de Marema, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

- a) Multa na ordem de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).
- b) Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a Prefeitura Municipal de Marema poderá aplicar a multa em dobro.
- c) Advertência;
- d) Suspensão do direito de licitar, junto a Prefeitura Municipal de Marema.
- e) Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

06.04. O atraso para efeito de cálculo da multa, será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

06.05. Os preços cotados não sofrerão reajustes.

07. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.01. A despesa prevista para execução do presente objeto correrá por conta do Orçamento Municipal Vigente, constante no corpo da presente licitação.

08. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

08.01. Da Empresa de Pequeno Porte e Micro Empresa.

Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006

Os proponentes para beneficiar-se da Lei Complementar n. 123 de 15 de dezembro de 2006 deverão comprovar a condição de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da respectiva legislação.

08.02. Com relação a apresentação da documentação, se houve entre os proponentes alguma ME - Micro Empresa ou EPP - Empresa de Pequeno Porte, estas poderão valer-se do disposto no Art. 42 e 43 da Lei Complementar n. 123/2006 de 14 de dezembro de 2006.

08.03. No julgamento dar-se-á o direito de preferência a ME - Micro Empresa ou EPP - Empresas de Pequeno Porte, sendo obedecido os critérios dos Art. 44 e 45 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

09. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

09.01. Prefeitura Municipal de Marema reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93, não cabendo qualquer tipo de indenização ou pagamento aos proponentes.

09.02. No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta, realizar-se-á no primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

09.03. A presente licitação é regida pelas disposições da Lei n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

09.04. Qualquer dúvida quanto ao caráter técnico ou legal na interpretação do presente Edital serão atendido na Prefeitura Municipal de Marema.

09.05. O proponente vencedor assinará contrato com o Município, determinando as condições do certame licitatório, nos termos da minuta, parte integrante da presente licitação.

09.06. É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

09.07. Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão Administrativa em primeira instância, ou no foro da Comarca de Xaxim - SC se for o caso, por mais especial que outro seja.

09.08. Maiores informações ou a cópia da íntegra do presente edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min, das 13h30min às 17h30min, ou ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

09.10. E, para que ninguém alegue ignorância, foi expedido extrato do edital, que será fixado no mural público e publicado na forma da Lei.

Valdomiro Bevilaqua
Prefeito Municipal

Daiane Percio
Presidente da CPL

Fabio Pazzini
Gestor do FMDE

ANEXO I

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS MENORES:

A

Prefeitura Municipal de Marema

FMDR – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Carta Convite/ **FMDR** n. 0003/2013

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório em evidência, instaurado por esse Município de Marema, SC, Por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Marema, SC, ___ de _____ de 2013.

Representante Legal.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A

Prefeitura Municipal de Marema

FMDR – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Carta Convite/ **FMDR** n. 0003/2013

O signatário da presente, em nome da proponente , declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos impeditivos de contratar com a Administração Pública, de acordo com o disposto no art. 97 da Lei Federal 8.666/93

Local, de de 2013.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)

(carteira de identidade número e órgão emissor)